

O Jornalismo Público e o Telejornalismo Local: um estudo sobre o Conexão Aperipê¹

Fernando Moreira de SOUZA²
Vitor Curvelo Fontes BELÉM³

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

Resumo

O trabalho apresenta e discute o jornalismo público (JP), movimento surgido nos Estados Unidos para reavivar o interesse e a participação dos cidadãos nos assuntos noticiados. No Brasil, o JP está associado à produção de conteúdo jornalístico de maior profundidade e à prestação de serviços. O trabalho analisa o emprego dos conceitos de jornalismo público no telejornal local Conexão Aperipê, exibido pela Aperipê TV, emissora estatal do Governo do Estado de Sergipe. Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo com a finalidade de compreender a prática do jornalismo público no âmbito do telejornalismo local, tendo em conta as potencialidades do JP como ferramenta de fortalecimento da cidadania.

Palavras-chave: Jornalismo Público; Telejornalismo; Análise de Conteúdo

Introdução

O movimento do jornalismo público surgiu nos Estados Unidos, no contexto das eleições presidenciais de 1988, que ficaram marcadas por uma cobertura jornalística superficial, que não valorizava os aspectos mais importantes para os eleitores. É nesse cenário que o movimento defende mudanças nas relações entre as organizações de imprensa e os cidadãos, propondo que os jornalistas deixem a posição de neutralidade para protagonizar as discussões dos assuntos de interesse público, com fins ao fortalecimento da democracia.

Para os fundadores do movimento, a prática jornalística restrita à divulgação de informações descontextualizadas, desfavorece a formação de sujeitos capazes de exercer a cidadania. Sendo assim, esta pesquisa discute o jornalismo público e seus ideais de

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Recém-graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: fms.3008@gmail.com

³ Orientador do trabalho, enquanto professor substituto da Universidade Federal de Sergipe. Doutorando e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Jornalista e Professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: vitor_belem@hotmail.com

participação social como possibilidade de aproximação do jornalismo de sua função social, a promoção do debate dos assuntos de interesse público.

A escolha do jornalismo público como tema de estudo advém da percepção das fraquezas da imprensa convencional no reforço da cidadania. Busca-se, a partir da reflexão sobre o tema, repensar o modelo informativo vigente, a fim de identificar as potencialidades do movimento norte americano no contexto brasileiro. Tendo em conta a capacidade de se estabelecer como modelo de jornalismo favorável à formação do senso crítico dos cidadãos em relação às problemáticas de interesse social.

Este artigo é um recorte da pesquisa desenvolvida no trabalho de conclusão de curso. A pesquisa toma como ponto de partida as potencialidades do jornalismo público como experiência local. O objeto de análise é o telejornal Conexão Aperipê, exibido de segunda à sexta das 18h30min às 19hs na programação da Aperipê TV, emissora local vinculada ao Governo de Sergipe e retransmissora da programação da TV Brasil. A Aperipê tem como lema “Educação, Cultura e Jornalismo Cidadão”, com a produção de conteúdo que se pretende diferenciado em relação às emissoras comerciais. A finalidade é verificar a ocorrência de práticas de jornalismo público, assim como analisar se o telejornal realmente oferece um conteúdo diferenciado.

Este estudo discute a prática do jornalismo público (JP) como um caminho possível para a busca da qualidade jornalística. O trabalho não pretende situar o JP como único parâmetro para a prática de um jornalismo de qualidade, mas sim, investigar o que a experiência do movimento norte americano pode oferecer para o jornalismo brasileiro. Destaca-se que apesar da pesquisa focar a prática do jornalismo público em uma emissora estatal, os ideais do jornalismo público são conceitos de qualidade jornalística aplicáveis em organizações públicas ou privadas.

O Jornalismo Público

A insatisfação generalizada da população em relação à cobertura da imprensa norte-americana das eleições presidenciais de 1988, culminou com o surgimento do movimento na década de 1990. À época, a disputa entre os candidatos George Bush e Michael Dukakis foi pautada por uma cobertura obsessiva pela divulgação das pesquisas de intenção de voto e a repercussão gerada em torno disso.

Segundo Rothberg (2011), o modelo de cobertura teria alimentado o desinteresse dos leitores de jornais pela política, afastando-os da participação cívica. O baixo comparecimento dos eleitores às urnas é apontado como prova do desinteresse coletivo pela política, tendo em conta a não obrigatoriedade do voto, como no caso do Brasil. O autor aponta que o jornalismo público surge nesse contexto para modificar a relação dos jornais com o público através da oferta de cobertura diferenciada, “substancial e positiva”, com o sentido de levar a sociedade a conectar-se com a política.

O jornalismo público procura enfrentar sérias rupturas na esfera cívica e o decorrente declínio no engajamento dos cidadãos nos processos democráticos. De acordo com seus principais defensores, os jornalistas têm a responsabilidade de alimentar o compromisso cívico e a participação dos cidadãos; o jornalismo deveria promover, e até mesmo ajudar a ampliar, a qualidade da vida pública. (Haas; Steiner apud ROTHBERG, 2011, p. 156)

As questões sociais e comunitárias estavam entre as maiores preocupações dos primeiros jornalistas públicos. No contexto norte-americano, a necessidade de motivar os cidadãos a escolherem candidatos comprometidos com problemas sociais como drogas, violência e pobreza, foi uma das mais importantes bandeiras do movimento, que agrega ao público o papel de agente ativo e transformador no estado democrático. Conforme Moraes (2011), o estreitamento de relações entre jornalistas e cidadãos seria possível através de alterações nos modos de fazer do jornalismo, ou seja, na própria construção da notícia. Os defensores do movimento acreditam que a ação do jornalista deve envolver a participação dos cidadãos em novas formas de cobertura que favoreçam o engajamento cívico.

Uma das primeiras propostas em direção ao processo de reformulação do jornalismo, foi ouvir as pessoas para registrar suas sugestões de temas para serem cobertos nas matérias, através de pesquisas de opinião e grupos focais. Foi o que fez Davis Merrit, então editor do jornal Wichita Eagle do Kansas e percussor do movimento, ao entrevistar 500 habitantes locais para descobrir os assuntos que lhes preocupavam. As respostas obtidas junto ao público foram comparadas com respostas e posições dos candidatos nas eleições locais, estaduais e nacionais de 1990 a 1992. (ROTHBERG, 2011).

Os projetos de jornalismo público foram desenvolvidos desde o fim da década de 1980. Com grande variedade temática, trataram de problemáticas que afligiam o meio social. A duração desses projetos variava de curto, médio ou longo prazo. A expansão da

corrente do JP foi acompanhada por mudanças na postura dos jornalistas, destacados da posição de observadores distanciados para buscar as questões de interesse dos cidadãos.

O modelo do jornalismo público norte-americano influenciou a imprensa brasileira. Silva (2004), atenta para o fato de que no Brasil o movimento surge com características próprias. Segundo ele, na realidade brasileira, não houve intenções e ações que objetivassem fundar uma categoria jornalística.

Barros (2009) assinala que algumas práticas já consagradas do jornalismo brasileiro, como a prestação de serviços, foram absorvidas como o modo de fazer jornalismo público no Brasil. O mesmo autor elenca um conjunto de elementos que acredita ser a base das diretrizes do jornalismo público brasileiro:

- a) Promover a formação crítica do telespectador para o exercício da cidadania;
- b) Disponibilizar informações que sejam de interesse coletivo;
- c) Estimular a participação do cidadão nas discussões por meio de instrumentos de interatividade;
- d) Atentar para a responsabilidade social;
- e) Evidenciar a capacidade resolutiva da sociedade com exemplos de boas práticas de determinados grupos ou indivíduos. (BARROS, 2009, p. 41)

Segundo Silva (2004), o que tem caracterizado o jornalismo público é a agregação aos valores-notícia tradicionais de elementos de análise e orientação do público (endereços, telefones úteis, sites, etc.). Isso significa fornecer instruções, roteiros e procedimentos para a resolução dos problemas apresentados pelos fatos e suas consequências.

Um fator fundamental para explicar a prática do jornalismo público no Brasil é entender que o provável modelo nacional também tem forte ligação com a inclusão de questões sociais ou de cidadania na pauta jornalística. Conforme comenta Silva:

Investir no social vem sendo encarado pelo capitalismo moderno como um bom negócio. [...] Tal como o empresariado de modo geral, as empresas de mídia no Brasil têm-se mostrado significativamente abertas aos projetos de “cidadania empresarial” e que, no seu caso, pode não significar, necessariamente, o dispêndio de recursos financeiros, mas a concessão de espaços às “boas notícias”, ou seja, a cobertura de ações sociais relacionadas com o voluntariado, o combate à fome, ao analfabetismo e à proteção da criança. (SILVA, 2004, p. 13)

De acordo com Garcia (2011), o jornalismo público começa a despontar no cenário midiático brasileiro por volta dos anos 2000, com iniciativas de algumas emissoras públicas de TV nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Palmas, Ceará e Minas Gerais. Os telejornais dessas emissoras passaram a levantar discussões mais aprofundadas nas

matérias, buscando esclarecer os temas abordados e complementá-los com outras informações. A autora acredita que a televisão pública (estatal) possivelmente tem maior possibilidade de atender ao que é proposto. Segundo ela, isso seria justificado pelo fato de que as emissoras públicas – nesse grupo se incluiriam as emissoras não-comerciais como um todo – se preocupam mais com a qualidade da programação do que com a audiência, já que não se submetem aos imperativos mercadológicos da TV comercial.

Segundo Silva (2004), existe uma confusão gerada em torno das terminologias jornalismo público e “setor público”, que no Brasil é fortemente associado com as esferas estatal e governamental. Daí que surge a maior imprecisão em relação ao jornalismo público, sua ligação com um tipo de produção jornalística de emissoras estatais, supostamente vinculadas aos interesses dos governantes. De fato, é uma associação errônea, já que uma das premissas básicas do jornalismo público é estar ao lado do público, em busca de caminhos para a resolução de problemas sociais, inclusive na cobrança dos direitos dos cidadãos frente aos governantes. Além disso, a prática do jornalismo público não está restrita às emissoras não-comerciais, a própria origem do movimento está ligada aos interesses da imprensa comercial, como tentativa de recuperar-se da queda nas tiragens dos jornais.

Análise Quantitativa

O mercado de TV aberta em Sergipe é formado por um reduzido número de canais com programação local, todas elas afiliadas a emissoras nacionais: TV Sergipe (Rede Globo); TV Atalaia (Record); TV Canção Nova; além da Aperipê TV. Atualmente a Fundação Aperipê integra a ARPUB – Associação das Rádios Públicas do Brasil e a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais – ABEPEC. Desde 02 de dezembro de 2008, a Aperipê TV é associada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), retransmitindo os conteúdos da TV Brasil. Além de contribuir com alguns programas locais, alguns deles exibidos em rede nacional, a exemplo do Estação Periferia. (FUNDAÇÃO APERIPÊ, 2015)

O método proposto pelo presente estudo é o da análise de conteúdo. Segundo Herscovitz (2008), a análise de conteúdo é um método capaz de avaliar grande volume de informações, reduzidas a categorias, baseadas em regras explícitas e previamente definidas, com o objetivo de fazer inferências lógicas.

Bardin (2011) divide a análise de conteúdo nas seguintes fases: a pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, que envolvem inferência e interpretação. Na pré-análise ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, seguida da formulação de hipóteses e objetivos, finalizando com a elaboração dos indicadores utilizados na interpretação final. A etapa de exploração do material analisado é realizada através das operações de codificação, decomposição e enumeração do conteúdo analisado, em suma, a aplicação do que foi definido durante a pré-análise. Entre as décadas de 1940 e 1950, E. Berelson e P. Lazarsfeld estabelecem as regras para o método: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. (*apud* BARDIN, 2011, p. 24)

A partir do referencial teórico revisado no desenvolvimento da pesquisa, foi montado o mecanismo de análise para avaliar a aplicação de elementos do jornalismo público no Conexão Aperipê. As características de JP referidas pelos autores consultados, foram agrupados, dando origem a sete categorias de análise, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Características de jornalismo público agrupadas em categorias

Características agrupadas	Categorias
<ul style="list-style-type: none"> - Enquadramentos temáticos⁵ - Informações mais contextualizadas⁵ - Discussão e aprofundamento nos temas debatidos⁸ - Promoção de debates sobre problemas enfrentados pelas cidades⁸ 	Aprofundamento dos temas abordados
<ul style="list-style-type: none"> - Aproximação com as comunidades¹ - Mais interação com o público⁵ 	Assuntos comunitários e interação com público
<ul style="list-style-type: none"> - Alimentar o compromisso cívico e participação dos cidadãos² - Mobilizar participação social³ - Criação e apoio a campanhas sociais e comunitárias⁸ 	Compromisso em mobilizar a participação social dos cidadãos
<ul style="list-style-type: none"> - Menor uso de fontes oficiais (múltiplas fontes)⁵ 	Tipificação das fontes
<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de serviços⁶ - Orientação do público (endereços, telefones úteis, sites, etc.)⁷ - Oferta de soluções alternativas⁵ 	Elementos de serviço e orientação do público
<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de exemplos de boas práticas de determinados grupos ou indivíduos⁶ 	Divulgação de exemplos de boas práticas de grupos ou indivíduos
<ul style="list-style-type: none"> - Questões sociais ou de cidadania na pauta jornalística⁷ - Busca de soluções para problemas sociais⁴ 	Abordagem de questões sociais e de cidadania

Fontes: 1 Castilho (1997); 2 Haas e Steiner (*apud* ROTHBERG, 2011); 3 Moraes (2011); 4 Schaffer (*apud* PESSONI, 2005); 5 Rothberg (2011); 6 Barros (2009); Silva (2004); 8 Garcia (2011).

A partir dos critérios estabelecidos para esta análise, as categorias expostas na tabela acima são definidas da seguinte forma:

- a) Aprofundamento dos temas abordados: avalia se a matéria oferece elementos complementares que possam auxiliar na compreensão dos fatos ou assuntos apresentados;
- b) Assuntos comunitários e interação com o público: analisa se o assunto tratado na matéria se relaciona com as problemáticas das comunidades, tendo o meio de comunicação como aliado na solução das questões;
- c) Compromisso em mobilizar participação social dos cidadãos: verifica se o conteúdo noticioso teve preocupação em incluir os cidadãos como agentes responsáveis e comprometidos como meio social;
- d) Tipificação de fontes: analisa a distribuição das fontes com vistas a avaliar influência exercida pelas fontes oficiais no noticiário;
- e) Elementos de serviço e orientação do público: verifica se a matéria auxilia o público por meio da oferta de elementos de serviços (telefones úteis, endereços, etc.) e orientação;
- f) Divulgação de exemplos de boas práticas de grupos ou indivíduos: na perspectiva do jornalismo público, a difusão dos bons exemplos, estimula a capacidade resolutiva da sociedade;
- g) Abordagem de questões sociais e de cidadania: analisa a participação dos meios de comunicação no tocante à discussão de assuntos sociais e no fortalecimento da cidadania.

Foram analisadas cinco edições do telejornal, exibidas em diferentes dias da semana, no mês de dezembro de 2014. O telejornal Conexão Aperipê é dividido em três blocos, com duração média de 23 minutos, considerando-se apenas o tempo do programa, sem os intervalos. Ao todo foram analisadas 37 matérias, entre reportagens (72,97% de todo o conteúdo analisado), entrevistas (16,21%) e notas (10,81%). O telejornal abordou temáticas diversas, compreendendo o total de 12 editorias: Cidades, Cultura, Economia, Política, Saúde, Esportes, Segurança, Cidadania, Utilidade Pública, Ciência, Meio Ambiente e Moda.

O Conexão Aperipê exibe pelo menos uma entrevista em estúdio em cada edição. Nas edições analisadas, as seis entrevistas em estúdio trataram de seis editorias distintas, o que demonstra certa preocupação do telejornal em reservar espaço de discussão e análise para assuntos diversos.

Na distribuição das editorias, Cidades foi a mais frequente, respondendo por 24,32% de todos os assuntos abordados, seguida de Cultura (16,21%) e Economia (13,51%). As

demais editorias ficaram distribuídas da seguinte forma: Política (10,81%), Esportes (8,1%), Saúde (8,1%), Segurança (5,4%), Cidadania, Utilidade Pública, Ciência, Meio Ambiente e Moda, foram tratadas apenas uma vez em todas as cinco edições analisadas, respondendo por 2,7% de todo o conteúdo analisado.

A primeira categoria elencada foi a tipificação de fontes, no caso deste trabalho, elas foram divididas entre fontes oficiais e não-oficiais. Uma das mais importantes críticas do jornalismo público em relação ao jornalismo convencional, diz respeito ao uso excessivo das fontes oficiais incorporado ao cotidiano das redações. Para os defensores do movimento, os jornais devem oferecer espaço para a expressão dos interesses dos cidadãos (ROTHBERG, 2011). A análise considerou como fontes oficiais, os representantes de organismos governamentais ou vinculados a qualquer entidade pública. Nas 27 reportagens e 6 entrevistas veiculadas no telejornal, foram registradas as participações de 21 fontes oficiais e 73 não-oficiais, com ampla vantagem numérica das fontes não-oficiais, que estiveram em 77,65% de todas as matérias contra 22,35% das oficiais.

O segundo critério de análise, avaliou a inclusão de elementos de serviço e orientação do público nas matérias veiculadas no Conexão Aperipê. Apesar de temas como Cidadania e Utilidade Pública, muito afins às propostas do jornalismo público, não terem destaque no telejornal, os elementos de serviço puderam ser identificados em outras editorias.

Ao todo, foram registradas seis matérias que trouxeram algum conteúdo voltado à orientação ou esclarecimento do público sobre determinado tema. Esse número representa 16,21% de tudo o que foi apresentado, estando presentes em matérias das editorias de Cidades, Economia, Segurança, Utilidade Pública e Saúde. O percentual é pouco expressivo, já que a prestação de serviços é a categoria de jornalismo público mais comum na maioria dos telejornais brasileiros (BARROS, 2009).

Outra categoria verificada pela análise diz respeito ao aprofundamento dos assuntos abordados nas matérias. Nesse sentido, buscou-se perceber o quanto cada uma delas apresentou aspectos contextuais relacionados aos temas, facilitando e ampliando a compreensão por parte do público (GARCIA, 2011). Em onze situações, 30,55% de todo o conteúdo analisado, foi notada a apresentação de informações contextualizadas. O espaço dedicado a entrevistas contribuiu significativamente com esse número, tendo em conta a possibilidade de discussão e aprofundamento dos assuntos de interesse público.

Para o jornalismo público, a divulgação de boas práticas de indivíduos e grupos, tem a função de mostrar a capacidade da sociedade em resolver as problemáticas que lhes são postas, como identifica Barros (2009). Em apenas quatro situações, 10,81% do conteúdo exibido, foi notada a presença desse elemento. Apesar da editoria de Cidades ter o maior destaque em todas as edições, o espaço destinado aos assuntos comunitários estiveram em seis das 37 matérias analisadas, correspondendo a 16,21%. Esse ponto é relevante para avaliar a prática do jornalismo público, tendo em vista sua defesa da aproximação com as comunidades. Uma das metas do JP é fortalecer a participação dos cidadãos, tendo o jornalismo como instrumento social para a busca de soluções para os problemas das comunidades.

As outras duas categorias associadas a esta última, são: o compromisso em mobilizar a participação social dos cidadãos e a abordagem de temas sociais e de cidadania. Ambas apareceram em três momentos, ou seja, 8,1% de todas as matérias.

Análise Qualitativa

Tendo em conta os dados apresentados acima, a análise de algumas matérias exibidas no telejornal pode ilustrar o uso do jornalismo público no Conexão Aperiipê.

Na edição do dia 2 de dezembro, foi exibida uma reportagem sobre alterações do tráfego em ruas de Aracaju. A cabeça – texto introduzido pelo apresentador antes da reportagem – foi a seguinte: “Nos próximos dias a SMTT [Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito] vai realizar algumas mudanças no trânsito aqui da capital. As alterações vão facilitar o tráfego entre os bairros Suíssa e Pereira Lobo” (CONEXÃO APERIPÊ, 02/12/2014). A reportagem é um bom exemplo de jornalismo público como prestação de serviços. Embora, a estrutura da matéria tenha seguido um modelo simplificado de narrativa, com uma fonte oficial tratando das mudanças no trânsito, com sonora mais longa, mais duas fontes, neste caso, motoristas, um contra e outro a favor das novidades.

Outra matéria também envolvida com os conceitos de jornalismo público foi exibida na mesma edição na editoria de Cidadania. A reportagem teve como gancho o Dia Mundial da Doação para falar da campanha desenvolvida pelo Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), voltado ao estímulo à doação de sangue. A matéria trouxe alguns relatos de doadores sobre a importância social do ato de doar. Com isso a matéria conseguiu

abrangem três importantes características de JP: divulgação de boas ações sociais; mobilização da participação do público; abordagem da doação numa perspectiva social e de cidadania.

No dia 10 de dezembro, o telejornal exibiu uma reportagem da editoria de Cidades, sobre o desrespeito de motoristas à faixa de pedestres em Aracaju. Apesar de se propor a apresentar um problema urbano de interesse dos cidadãos, a matéria só entrevistou uma estudante e uma fonte oficial ligada à SMTT. Na cabeça da matéria, o apresentador diz: “[...] seja a pé ou de carro, respeitar a faixa é fundamental para evitar o aumento do número de acidentes. Por isso, a SMTT vem realizando ações educativas para conscientizar a população”. Com isso, a reportagem acaba se resumindo à constatação do desrespeito seguido de um tempo maior dedicado às ações desenvolvidas pela secretaria. O texto acaba incorporando um discurso institucional do órgão público, inclusive não mostra na prática as ações administradas, apenas o relato da fonte oficial. Sob a ótica do jornalismo público, a matéria também poderia incluir um maior número de fontes populares para oferecer maior diversidade de pontos de vista.

A atenção demasiada ao discurso oficial, foi vista em outra reportagem da mesma edição. Na editoria de Economia, a reportagem tratou da importância da nota fiscal como mecanismo de garantia dos direitos do consumidor. A matéria fez breves entrevistas com consumidores, no estilo fala povo, perguntando se elas costumam exigir a nota fiscal. A explicação do assunto é feita a partir das entrevistas com o representante do Procon/SE, Luiz Azevedo, e da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), Helber Andrade. Por último, a reportagem situa o projeto “Nota da Gente”, promovido pela SEFAZ, que incentiva o consumidor a exigir a nota fiscal e concorrer a prêmios, além de explicar sua importância para a garantia dos direitos do consumidor e a arrecadação do ICMS pelo Estado. No geral, a abordagem conseguiu satisfazer o aprofundamento necessário à compreensão do assunto, servindo ao propósito de orientação do público em relação aos direitos garantidos em lei. Apesar disso, a questão de fundo da matéria se baseia no discurso institucional do Governo do Estado, que tem o objetivo de incentivar os consumidores a exigirem a nota fiscal.

No dia 18 de dezembro, o Conexão Aperipê exibiu uma entrevista relativa à editoria de Cidades, em que foi tratado do problema da falta d’água em municípios do sertão sergipano. O entrevistado foi o coordenador estadual da Defesa Civil, tenente coronel Erivaldo Mendes. A matéria aprofundou a discussão do assunto, explicando as medidas adotadas pelo Estado no provimento de água e alimentos aos municípios sertanejos,

principalmente nas localidades em que existem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, abrangendo também a questão social.

Na mesma edição, a editoria de Cidades apresentou uma reportagem sobre o aumento na emissão de carteiras de identidade no Instituto de Identificação de Aracaju, por consequência do fechamento de postos no interior do estado. Foram entrevistados o diretor da Coordenadoria Geral de Perícias (COGERP), Adelino Lisboa, e dois usuários dos serviços do Instituto de Identificação. Além de relatar a superlotação e a causa, a matéria não oferece elementos de orientação do público em torno de soluções alternativas ou outro elemento de jornalismo público.

A matéria que finalizou o telejornal foi da editoria de Esportes, uma reportagem sobre o “Projeto Vida Alegre”. Conforme informa a cabeça da matéria: “Projeto leva lazer a crianças e adolescentes da região zona norte da capital. São mais de 200 assistidos que encontram no esporte a oportunidade de um futuro melhor” (CONEXÃO APERIPÊ, 18/12/2014). São entrevistados jovens que participam do projeto realizado no Complexo Dona Finha, Bairro Industrial, além dos professores das modalidades esportivas ofertadas, futsal e boxe.

A reportagem mostra que o esporte significa uma alternativa para jovens da comunidade carente, servindo como incentivo para que os adolescentes permaneçam na escola, já que ter boas notas é um pré-requisito do projeto. Em relação ao jornalismo público, a reportagem apresenta quatro importantes elementos: aprofundamento do tema; divulgação de boas práticas; aborda um assunto comunitário; e discute uma questão social, a inclusão de jovens. Apesar de não ser o ponto central da reportagem, o projeto tem apoio da Secretaria de Esporte e Lazer e da Secretaria de Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social.

O lixo acumulado na Avenida Santa Gleide, em Aracaju, foi o assunto de reportagem exibida no dia 26 de dezembro. “A avenida Santa Gleide, entre os bairros Bugio e Olaria, mais parece uma lixeira à céu aberto em alguns pontos. Segundo os moradores, o problema já ocorre há algum tempo e piorou com a paralisação dos agentes de limpeza na semana passada” (CONEXÃO APERIPÊ, 26/12/2014). A reportagem percorre trechos da avenida com imagens do lixo espalhado, ainda são entrevistados três moradores do local que falam do agravamento do problema após a paralisação dos agentes de limpeza. Mesmo abordando uma problemática comunitária, característica do jornalismo público, a matéria fez uma abordagem superficial, ao transferir toda a responsabilidade do lixo acumulado à

greve ocorrida na semana anterior, sem discutir as responsabilidades compartilhadas entre os agentes públicos, privados e a população que descarta lixo no espaço público.

Outra matéria de Cidades, veiculada na mesma edição, foi sobre o problema de um canal exposto no Conjunto Maria do Carmo, zona norte de Aracaju. Mais uma vez, a reportagem traz um conjunto de depoimentos de moradores da comunidade, mas não consegue ultrapassar a mera constatação do fato.

Uma consideração importante acerca das matérias veiculadas pelo Conexão Aperipê nas edições analisadas, é que quando se trata de problemas relacionados à ineficiência dos serviços públicos, os órgãos responsáveis não são mencionados, nem mesmo divulgados os respectivos posicionamentos sobre o assunto. No entanto, quando o tema apresentado se relaciona a projetos ou ações desenvolvidas pelos setores públicos, ou seja, geram uma percepção positiva dos órgãos, eles não só são mostrados, como também recebem destaque nas reportagens e entrevistas.

No dia 29 de dezembro, o telejornal veiculou uma reportagem sobre os problemas enfrentados pelos usuários do transporte público de Aracaju. Foram entrevistados dois comerciantes e três usuários do sistema público em terminais de integração de Aracaju. Foram destacados os constantes assaltos e a má estrutura dos terminais. A matéria apresentou a problemática, no entanto, mais uma vez, não foi apresentado o posicionamento dos órgãos competentes sobre os problemas apresentados, ou seja, não buscou solução para o problema, como defende o jornalismo público.

A editoria de Economia apresentou uma reportagem sobre o aumento dos preços de frutas no final do ano. A matéria expôs preços e variações, mas foi muito superficial, já que se valeu de uma única entrevista com comerciante do Mercado Albano Franco. Não foi consultado nenhum dado para explicar a alta dos preços, apenas o aumento da procura, segundo informações da própria entrevistada. Além disso, apenas um consumidor foi entrevistado. Esses fatores demonstram que a matéria não conseguiu contextualizar o assunto com o mínimo aprofundamento jornalístico necessário.

Considerações Finais

Os dados referentes às cinco edições analisadas, demonstraram que o telejornal Conexão Aperipê não incorpora, de forma substantiva, a prática do jornalismo público. A análise ainda mostrou que o telejornal não consegue nem mesmo oferecer uma proposta

jornalística diferenciada das emissoras comerciais, ao menos, não de modo a oferecer conteúdo jornalístico de mais qualidade.

Alguns vícios profissionais, comuns aos jornais das emissoras comerciais, são visíveis no conteúdo do Conexão Aperipê, como a construção de narrativas simplificadas, a partir de dois posicionamentos opostos. Nestes casos, a máxima de apresentar os dois lados da questão, seguida à risca, desconsidera o debate plural de ideias e posicionamentos dos cidadãos. Na maior parte das vezes, o espaço reservado às fontes populares se incumbe do papel de apenas ilustrar as informações e pouco contribui para a representação do pluralismo de visões necessário ao debate social.

Desse quadro, é possível extrair que o estímulo à mobilização e participação social dos cidadãos são assuntos quase inexistentes no telejornal. A presença de elementos de serviço e orientação do público, comum na maioria dos telejornais, também tem baixa representatividade.

A existência de um número reduzido de matérias e o maior tempo dedicado aos temas, não significou a oferta de conteúdo de mais qualidade ao público, já que a maioria das matérias apresentaram abordagens superficiais. Nesse sentido, as entrevistas em estúdio foram um diferencial, talvez o único, do Conexão Aperipê, já que, na maioria das vezes, conseguiram oferecer uma visão analítica de temas de interesse social.

A partir da análise do Conexão Aperipê, ficou claro que o conteúdo jornalístico da emissora permanece como aliado do Governo do Estado, já que se mostrou preocupado em gerar uma imagem positiva de órgãos e setores da administração pública. Nas situações em que os assuntos abordados trataram de problemas relativos à ineficiência dos serviços públicos, os posicionamentos dos setores públicos não foram sequer mencionados. Enquanto isso, as ações e projetos desenvolvidos no âmbito do Estado receberam destaque no telejornal. Nesse sentido, ao adotar a denominação de uma emissora pública voltada à “Educação, Cultura e Jornalismo Cidadão”, a Aperipê busca se desprender do estereótipo de uma emissora porta-voz dos posicionamentos e interesses governamentais.

Afora os constrangimentos internos e externos aos meios de comunicação, o telejornalismo local demonstra grande potencial para a implementação dos conceitos do jornalismo público. Como uma prática voltada à informação e, acima disso, a formação de cidadãos comprometidos com as questões de interesse comum, o jornalismo público precisa ser encarado pelos jornalistas como missão social, uma forma de contribuir com o fortalecimento da democracia. Para isso, se faz necessário uma mudança da cultura

profissional dos jornalistas, deixando de privilegiar o relato superficial dos acontecimentos cotidianos para integrar os cidadãos na discussão dos assuntos de importância para a sociedade. Nesse sentido, o jornalismo público pode ser visto como uma estratégia de aproximação dos jornalistas com o público, em prol do fortalecimento da democracia.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Luís Gustavo Martins. O Jornalismo Público praticado pelo programa Cidades e Soluções. 2009. 115 f. Monografia (Especialização). Instituto de Educação Superior de Brasília-IESB. Brasília. 2009.

CASTILHO, Carlos. Jornalismo Público. 1997. Instituto Gutenberg. Boletim nº 15, maio-junho 1997. Disponível em: <<http://www.igutenberg.org/casti15.html>>. Acesso em 13/11/2014.

CONEXÃO APERIPÊ. Aracaju: Aperipê TV, 2 de dezembro de 2014. Programa de TV.

_____. Aracaju: Aperipê TV, 10 de dezembro de 2014. Programa de TV.

_____. Aracaju: Aperipê TV, 18 de dezembro de 2014. Programa de TV.

_____. Aracaju: Aperipê TV, 26 de dezembro de 2014. Programa de TV.

_____. Aracaju: Aperipê TV, 29 de dezembro de 2014. Programa de TV.

FUNDAÇÃO APERIPÊ. A Fundação Aperipê. Disponível em: < <http://site.aperipe.com.br>>. Acesso em 06/01/2015.

GARCIA, M. Tereza. Proposta de Jornalismo Público da TV Cultura: o que há de novo nas pautas e produção do telejornal?. 216 f. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2011

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (orgs.) Metodologia de Pesquisa em Jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORAES, B.S. Jornalismo Público: um olhar sobre o Repórter Brasil. 2011. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília. 2011.

PESSONI, Arquimedes. Jornalismo público americano: o leitor como cidadão. Revista IMES. Comunicação, São Caetano do Sul, v. 10, jan-jun, p. 58-68, 2005.

ROTHBERG, Danilo. Jornalismo Público: informação, cidadania e televisão. Editora Unesp. São Paulo, 2011. 212 p.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo Público: o social como valor-notícia. In: Luiz Martins (Org.) Jornalismo Público. Brasília-DF: Casa das Musas. Coleção Textos em Comunicação. Ano II, vol. II, n 5. 2004. 56